



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

PROPOSTAS POR EIXO PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EIXO 1 - Direito à saúde, garantia de acesso e atenção de qualidade

Defesa da integralidade da assistência à saúde, através do fortalecimento da atenção básica como ordenadora da assistência e do cuidado (média e alta complexidade), garantindo procedimentos/medicamentos que ainda não são disponibilizados na rede.

Defesa do modelo assistencial previsto no SUS constitucional que reconhece e atua sobre os determinantes sociais e inequidades e valoriza a prevenção e a promoção da saúde, a integralidade e a intersetorialidade das ações, na perspectiva de romper com o modelo hospitalocêntrico (centrado na doença), que visa a mercantilização da saúde e os interesses lucrativos dos hospitais, serviços diagnósticos e terapêuticos, indústria de medicamentos e equipamentos biomédicos.

Valorizar o saber popular no SUS, estimulando e fortalecendo as redes de cuidadores que construam ações de cuidado, arte, cultura e saúde, desde as práticas e tradições oriundas do saber acumulado dos povos.

Garantia de investimento de recursos públicos no setor público da saúde, com imediata retomada da gestão pública das UPAs, hospitais, unidades básicas de saúde e demais serviços e programas de saúde gerenciados por OS, fundações e outros, bem como, a estatização dos serviços contratualizados com o setor privado.

Defesa da implementação da Reforma Psiquiátrica com ampliação e fortalecimento da rede de atenção psicossocial, contra as internações e recolhimentos forçados e a privatização dos recursos destinados à saúde mental via ampliação das comunidades terapêuticas. Garantir uma política sobre drogas eminentemente pública, sem financiamento às instituições privadas, tendo como princípios a lógica da redução de danos.

Implementar o atendimento de urgência e emergência de saúde mental em todas as Unidades de Pronto Atendimento (UPA, CAIS).

Implementar nas três esferas de governo a Política Nacional de Atenção à saúde LGBTT, com caráter transversal e intersetorial, garantindo na atenção primária à saúde e nos demais níveis de atenção o atendimento integral à saúde para a população LGBTT, em especial transexuais, transgêneros e travestis, capacitando as equipes de Saúde da Família para ofertar atendimento e tratamento de forma igualitária e universal, encaminhando para os outros níveis de atenção quando necessários, porém, mantendo a coordenação do cuidado com as equipes de Saúde da Família.

Criação de Centros de Referência de Saúde para a população LGBTT, garantindo o atendimento e tratamento específicos, contemplando hormonioterapia, processo transexualizador, efetivando a implementação das políticas públicas para a população LGBTT.

Estabelecer Política de incentivo e consolidação de serviço de transexualização nos hospitais públicos de ensino (Hospitais universitários).

Defesa da Seguridade Social possibilitando políticas sociais intersetoriais que assegurem os direitos relativos à saúde, previdência, assistência social, educação, trabalho e moradia.

Implementação, efetivação e monitoramento da Política Nacional da Saúde do Trabalhador em todas as esferas (município, estado e união).

Garantir o atendimento e cadastro das famílias de moradores de rua e de ocupações urbanas e rurais nas Unidades Básicas de Saúde, mesmo que falte documentação de endereço, garantindo a assistência integral em todos os níveis de atenção à saúde em respeito ao direito à universalidade, integralidade e equidade em saúde.



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

2. Participação e Controle Social

Respeito e cumprimento às deliberações das Conferências de Saúde e demais instâncias de controle social nas três esferas de governo, sob pena de responsabilização judicial, entendendo que esses são os espaços deliberativos de efetiva participação, manifestação e vocalização popular sobre suas reivindicações para a saúde.

Pelo fortalecimento do Controle Social Democrático, assegurando respeito às instâncias de controle social do SUS, aprofundando-as mediante a instalação de conselhos gestores paritários e deliberativos nas unidades e serviços de saúde.

Efetivo controle social, com autonomia e independência perante a gestão, e pela implementação das deliberações dos Conselhos de Saúde municipais, estaduais e nacional.

Assegurar a inclusão nos espaços dos conselhos de saúde de representações que buscam o enfrentamento das iniquidades em saúde, tais como mulheres, idosos, população negra e quilombola, do campo, indígena, juventude, LGBTT e população em situação de rua, ciganos, pessoas com patologias, deficiências, demais agrupamentos aqui não denominados e estudantes (garantindo que sua participação seja contada como hora curricular).

Comprometer e responsabilizar os gestores nas três esferas do SUS pela oferta de estrutura física, recursos humanos e financiamento adequado para que os conselhos de saúde possam exercer plenamente suas funções cumprindo com suas atribuições definidas em lei.

Instituir procedimento administrativo nos serviços de saúde para fornecendo obrigatório ao usuário de declaração das situações de não atendimento ou irregularidades no atendimento.

Garantir e promover a participação popular na formulação, implementação, gestão e acompanhamento das políticas públicas, o que exige, dentre outras ações, o planejamento participativo e a descriminalização dos movimentos sociais, sindicais, estudantis e associativos.

Fortalecer a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, por meio de incentivos à sua implementação nos serviços públicos de saúde, reconhecendo seu potencial para qualificar a participação popular no SUS.

Coibir a indicação de cargos de gestão por indicação política, com implementação imediata de eleição para gestores de todos os serviços públicos de saúde do município de Goiânia, de forma paritária entre usuários e profissionais de saúde.

Coibir a indicação de cargos de gestão por indicação política, com implementação imediata de eleição para gestores de todos os serviços públicos de saúde do estado de Goiás, de forma paritária entre usuários e profissionais de saúde.

Garantir a implementação da Política Nacional de Educação Permanente para participação e controle social.

3. Valorização do trabalho e da educação em saúde

Defesa de concursos públicos pelo RJU e da carreira pública de Estado para pessoal do SUS e contra todas as formas de precarização do trabalho.

Pela implantação do Plano de Carreira Nacional do SUS para os servidores das três esferas de governo, com isonomia de vencimentos e estabilidade no trabalho, com base no regime estatutário (RJU).

Revisar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto ao limite de gasto com pessoal na área da saúde - suprimindo o setor saúde do seu regramento - para investir na contratação de profissionais de saúde para o SUS por meio de concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e para sustentar a criação da **Carreira Única do SUS**, pactuada entre as três esferas de governo,



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

contemplando todos os trabalhadores, a isonomia salarial por nível de formação; valorizando, de forma diferenciada, a dedicação exclusiva, a interiorização, a qualificação e o tempo de serviço; garantindo o piso salarial, o Plano de Carreira e jornada máxima semanal de 30 horas, bem como, a ascensão funcional com critérios objetivos para o preenchimento dos cargos em comissão até o cargo de diretor conforme determina a Constituição Federal.

Contra o PLC 30/2015 (PL 4330/2004) que permite a terceirização inclusive da atividade-fim, rompendo todos os direitos dos trabalhadores brasileiros.

Avançar na implementação das deliberações da IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, comprometendo todos os níveis de gestão, assegurando recursos fundo a fundo para a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio de bloco específico, com ações de matriciamento desde a atenção básica até a alta complexidade, garantindo transparência nos gastos e investimentos, gestão pública nos CEREST's com controle social e monitoramento pelos vários CIST/Conselhos de saúde.

Garantir a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação e na saúde pública respectivamente, contemplando os ambientes de aprendizagem e as práticas nos serviços do SUS, além de intervir na formação dos novos profissionais, defendendo uma profunda reforma nos currículos universitários, incluindo abordagem de gênero, de modo a aproximar a formação profissional em saúde do SUS, da realidade e das necessidades do país, cumprindo um papel transformador da sociedade com implantação dos princípios e diretrizes da portaria 1996/2007 que estabeleceu a política de Educação permanente em saúde, e as comissões de integração ensino e serviço no SUS, e do trabalho em saúde, ao mesmo tempo em que seja estabelecido um permanente processo de avaliação da qualidade dos cursos hoje existentes, ampliando a formação nas universidades públicas em substituição aos cursos privados, além de universalizar e ampliar as residências em saúde para todos os profissionais e do programa PET, inclusive garantindo que as políticas de cotas étnico-raciais e sociais nas universidades públicas ampliem o acesso às profissões de saúde.

Fortalecer as instâncias de controle social já existentes com participação dos trabalhadores, como por exemplo Controladorias, para acompanhar e monitorar a aplicação dos recursos de saúde.

Garantir aos trabalhadores o direito de manifestar-se e o respeito à suas organizações representativas em todos os serviços de saúde, independente do modelo de gestão e de contratação de recursos humanos.

Coibir a indicação de cargos de gestão por indicação política, com implementação imediata de eleição para gestores de todos os serviços públicos de saúde do município de Goiânia, de forma paritária entre usuários e profissionais de saúde.

Coibir a indicação de cargos de gestão por indicação política, com implementação imediata de eleição para gestores de todos os serviços públicos de saúde do estado de Goiás, de forma paritária entre usuários e profissionais de saúde.

Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da saúde apresentando estratégias que aproximem a formação e profissionais de saúde, da realidade da sociedade, inclusive, inserindo a extensão universitária na carga horária curricular.

Garantir a descentralização das verbas da Política Nacional da Educação Permanente para as respectivas CIEs.

Eleição unificada dos Conselhos Locais de Saúde, que envolvem a comunidade, universidade e equipamentos sociais.

4. Financiamento do SUS e Relação Público-Privado



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

Reafirmar a saúde como direito universal e integral e dever do Estado, destinando no mínimo 10% das receitas correntes brutas da União ou equivalente, garantindo o investimento público e o financiamento exclusivo da rede pública estatal de serviços de saúde garantindo a integralidade da assistência, com a Atenção Primária à Saúde (APS) ordenando a rede atenção, garantindo a manutenção dos investimentos na APS pelo governo federal, estados e municípios.

Alcançar um mínimo de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Saúde, garantindo o investimento público e o financiamento exclusivo da rede pública estatal de serviços de saúde, cumprindo o aprovado pela 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Defesa incondicional do SUS público, 100% estatal e de qualidade e sob a gestão direta do Estado e contra todas as formas de privatização e parcerias público-privadas.

Pela revogação da Emenda Constitucional nº 86/2015 (Orçamento Impositivo), que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares e altera a metodologia de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), reduzindo consideravelmente o montante de recursos federais destinado à saúde pública.

Contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde e revogação imediata do Artigo 142 da Lei Nº 13.097/2015 (que altera os artigos 23 e acrescenta o artigo 53A na Lei 8.080/1990) permitindo a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde. Pleno apoio ao projeto de Lei 1.721/2015 que reverte as alterações feitas pelo artigo 142 da Lei 13.097/2015 à Lei 8.080/1990, garantindo que a entrada do capital estrangeiro continue vedada, tal como previsto no parágrafo terceiro do artigo 199 da Constituição Federal.

(relatoria: é importante manter esta redação!)

Extinção dos subsídios públicos aos Planos Privados de Saúde. Pelo fim da isenção integral às ações e planos de saúde privados no Imposto de Renda. Instalação da CPI para investigar os planos de saúde.

Contra todos os chamados “novos” modelos de gestão e pela revogação das Leis (federais, estaduais e municipais, conforme a situação) que criaram as Organizações Sociais, as Fundações Estatais de Direito-Privado, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e suas subsidiárias, as Parcerias Público-Privadas, entre outras.

Eliminar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para despesa com pessoal na saúde e, ao mesmo tempo, apoiar o PL nº 251/2005 que amplia a possibilidade de gastos com pessoal para o setor saúde.

Assegurar a taxação das grandes fortunas e progressiva das heranças com percentual da arrecadação destinado às ações e serviços do SUS.

Garantir a implementação efetiva dos recursos garantidos à saúde na Lei dos Royalties do Pré-Sal (25%).

5. Gestão do SUS e Modelos de Atenção à saúde

Eliminação de todos os chamados “novos” Modelos de gestão e revogação das Leis (federais, estaduais e municipais, conforme a situação) que deram origem as Organização Sociais, OSCIPs, às Fundações Estatais de Direito Privado, Serviços Sociais Autônomos, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e suas subsidiárias e aquelas que permitem e/ou preveem as Parcerias Público-Privadas, entre outras.

Garantia de investimento de recursos públicos no setor público da saúde, com imediata retomada da gestão pública das UPAs, hospitais, unidades básicas de saúde e demais serviços e programas de saúde gerenciados por OS, fundações e outros, bem como progressiva estatização dos serviços terceirizados e contratualizados com o setor privado.



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

Mudança do modelo médico assistencial privatista ainda predominante (centrado no atendimento individual e curativo), subordinado aos interesses mercadológicos da indústria de medicamentos e equipamentos biomédicos, com o objetivo de ampliar e implementar (nas regiões onde não as tem) a ESF, NASF e colegiado de gestão participativa nos serviços de saúde em 100% do território brasileiro.

Implementar o atendimento de urgência e emergência de saúde mental em todas as Unidades de Pronto Atendimento (UPA, CAIS).

Ampliar a participação popular na formulação, implementação, gestão e acompanhamento das políticas públicas populares e de movimentos sociais, estudantis e sindicais.

Contra a criminalização dos movimentos sociais, estudantis e sindicais.

Garantir aos trabalhadores o direito de manifestar-se e o respeito à suas organizações representativas em todos os serviços de saúde, independente do modelo de gestão e de contratação de recursos humanos.

Valorizar o saber popular no SUS, estimulando e fortalecendo as redes de cuidadores que construam ações de cuidado, arte, cultura e saúde, desde as práticas oriundas do saber acumulado dos povos.

Implementar as políticas de práticas integrativas em toda a rede que compõe o SUS, estimulando e fortalecendo as redes de cuidadores para que construam, à partir práticas oriundas do saber acumulado dos povos, as ações de cuidado, arte, cultura e saúde.

Pelo fortalecimento do Controle Social Democrático, assegurando respeito às instâncias de controle social do SUS, aprofundando-as mediante a instalação de conselhos gestores paritários e deliberativos nas unidades e serviços de saúde.

Garantir a implementação de conselhos locais em todos os serviços públicos de saúde, e conselhos gestores paritários e deliberativos.

Coibir a indicação de cargos de gestão por indicação política, com implementação imediata de eleição para gestores de todos os serviços públicos de saúde do município de Goiânia, de forma paritária entre usuários e profissionais de saúde.

Coibir a indicação de cargos de gestão por indicação política, com implementação imediata de eleição para gestores de todos os serviços públicos de saúde do estado de Goiás, de forma paritária entre usuários e profissionais de saúde.

Defender o modelo assistencial previsto no SUS constitucional que reconhece e atua sobre os determinantes sociais e inequidades e valorizar a prevenção de doenças, a promoção da saúde, a vigilância em saúde, a integralidade e a intersetorialidade das ações, na perspectiva de romper com o modelo centrado na doença e subordinado aos interesses lucrativos da indústria de medicamentos e equipamentos biomédicos.

Garantir a Reforma Psiquiátrica com ampliação e fortalecimento da rede de atenção psicossocial. Contra as internações e recolhimentos forçados e a privatização dos recursos destinados à saúde mental via ampliação das comunidades terapêuticas.

Ampliar a atenção básica para atingir a universalidade e a integralidade, fortalecendo-a como ordenadora do sistema organizando as redes de saúde de modo que atendam à mudança no perfil demográfico e epidemiológico da sociedade e fortalecer a região de saúde como elemento para a integralidade da assistência à saúde em razão das interdependências federativas e fortalecimento das políticas intersetoriais.

Incluir nas equipes multiprofissionais das redes de atenção os cuidadores das práticas integrativas da saúde.



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

Implantar as políticas de práticas integrativas em todas as unidades de atenção básica em saúde.

Fortalecer a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, por meio de incentivos à sua implementação nos serviços públicos de saúde.

Reconhecer a arte e a cultura e os saberes populares como potencial promotor da saúde no território.

6. Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS

Garantir que a publicidade de utilidade pública também atue na defesa e divulgação do SUS e da saúde como direito de todos e dever do estado contribuindo para a construção de uma imagem do SUS como patrimônio do povo brasileiro.

Desenvolver ações de educação popular em saúde que promova o entendimento sobre o modelo de produção, abastecimento e consumo de alimentos atual, que tem adoecido a população, e promova o consumo de alimentos saudáveis proposto pelo novo Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

Proibição, pela Vigilância Sanitária, do fornecimento de alimentos produzidos com uso de agrotóxicos e transgênicos em toda a alimentação escolar.

Utilizar as rádios comunitárias como ponto de interação entre a comunidade, instâncias de participação social e serviços públicos de saúde.

Estabelecer uma política de comunicação para o SUS com o objetivo de manter a população constantemente informada sobre os serviços oferecidos, políticas públicas, direitos, educação e promoção da saúde, entre outros.

Criar mecanismos para divulgar as informações de saúde de interesse público e coletivo a partir de canais de TV com sinal aberto e emissoras de rádio que são concessões públicas, além das mídias e redes sociais permitindo a interação entre a população e o sistema de saúde.

7. Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS

Fortalecer o complexo industrial estatal produtivo da saúde favorecendo a ampliação do acesso a produtos e insumos pela população, consolidando a soberania, promovendo o desenvolvimento da plataforma tecnológica do país, da pesquisa e da inovação; garantir a contratação de trabalhadores por meio de concurso público pelo Regime Jurídico Único. Realizar a convocação dos aprovados em concurso público.

Assistência Farmacêutica plena e pública com responsabilidade e estruturada pelas três esferas de governo nos três níveis da rede pública de acordo com a competência de cada um dos entes federados, entendendo em todos os níveis de atenção à saúde com profissionais treinados e qualificados para tal fim, discutindo criticamente a medicalização dos corpos e pelo fim do Programa “Farmácia Popular/Saúde não tem preço” que deve ter suas ações e recursos financeiros transferidos integralmente à estruturação da assistência farmacêutica pública e da rede pública, inclusive na estruturação e financiamento de laboratórios estatais para pesquisa básica e produção de medicamentos, revisão do fluxo e diminuição da burocracia para acesso ao medicamento.

Reverter o processo de privatização da Indústria Química do Estado de Goiás S/A (Iquego).

Publicidade e transparência dos processos de produção e distribuição dos medicamentos da Iquego, de acordo com a lei de acesso a informação.

Garantir o fornecimento de medicamentos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e demais unidades especializadas.

8. Reformas Democráticas



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

Realizar reforma política que aprofunde e aperfeiçoe a democracia participativa com o estabelecimento de novas regras institucionais que garantam a ampliação da participação democrática, o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais e da interferência do poder econômico na política, principalmente do complexo industrial da saúde privada e de planos de saúde.

Realizar uma reforma tributária que inverta a lógica atual que onera os mais pobres buscando um sistema tributário mais justo reduzindo a tributação sobre o consumo e concentrando no patrimônio e na renda, e regulamentar o imposto sobre grandes fortunas para aplicação em recursos na saúde pública. - Melhorar a distribuição das alíquotas do IR para pessoa física com faixas mais altas e aumento da faixa de isenção.

Realizar imediatamente a Auditoria da Dívida Pública. Dívida que consome quase 50% do Orçamento Geral da União, para o pagamento de juros e amortizações da mesma, em detrimento da área social.

Contra o PLC 30/2015 (PL 4330/2004) que permite a terceirização inclusive da atividade-fim, rompendo todos os direitos dos trabalhadores brasileiros.

Pela revogação da Emenda Constitucional nº 86/2015 (Orçamento Impositivo), pelo fim da Desvinculação das Receitas da União e dos Estados e destinação de recursos da saúde para emendas parlamentares.

Reduzir a tributação indireta sobre o consumo; aumentar a tributação sobre a renda.

Aumentar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos grandes latifúndios.

Reduzir as taxas que incidem diretamente sobre o setor produtivo (Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)).

Acabar com a isenção dos lucros e dividendos e com a dedução dos juros sobre o capital próprio.

Aliviar a carga tributária dos trabalhadores com imposto progressivo.

Realizar a reforma urbana, e reforma agrária popular baseada em agricultura familiar e camponesa agroecológica, para estruturar políticas que considerem a territorialidade e a regionalidade para o acesso à saúde articulando com outras políticas públicas de educação, transporte, segurança, acesso à terra, moradia, água, segurança alimentar e nutricional, entre outras relacionadas às perspectivas de impactos no desenvolvimento regional e na determinação social da saúde.

Intensificar políticas sociais que avancem na redução da desigualdade e na garantia e manutenção dos direitos dos trabalhadores, as legitimando como prioritárias para construção de um estado realmente democrático e igualitário.

Contra a redução da maioria penal, por meio da PEC nº 171/1993.

Defesa de transformações sociais profundas tendo em vista a emancipação humana.

Defesa de sistemas de saúde e de seguridade social públicos e universais.

Criação de novos postos de trabalho, para combater o desemprego, com garantia de manutenção de todos os direitos.

Por uma sociedade justa, plena de vida, sem discriminação de gênero, etnia, raça, orientação sexual, sem divisão de classes sociais!

Pela criminalização da homofobia e transfobia.

Pela descriminalização do aborto.



FRENTE GOIANA
CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO
DA SAÚDE

I SEMINÁRIO DA FRENTE GOIANA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

TEMA - Direito à saúde: democracia e participação ou mercantilização?

Etapa Temática da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Goiânia

Garantir a eleição dos diretores da gestão pelos trabalhadores, usuários e familiares em todos os serviços municipais e estaduais de saúde.

Reverter a reforma administrativa aprovada na Câmara dos vereadores de Goiânia, que tirou o cargo de gestor técnico e administrativo e manteve somente o gestor geral dos Centros de Saúde da Família.

Ampliar o poder de fiscalização do Ministério Público, dos Conselhos Locais, Municipal, Estadual e Nacional nas OS, OSCIP, PPP, enquanto estas possuírem contrato firmado com estado, municípios e governo federal, sendo que a proposta é que elas sejam extinguidas.

Revogação da Lei 12.550/2011 de criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Contra a PEC 451/2014 que prevê a garantia de planos de saúde para trabalhadores de carteira assinada, entendendo que essa é uma manobra de desmonte do SUS, orientada pelo Banco Mundial.

Rejeição do PL que retira a identificação de transgênicos dos alimentos.

Proibição em todo o território nacional dos agrotóxicos, já proibidos em outros países, da pulverização aérea de agrotóxicos, e em Defesa da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, assim como pela preservação e uso racional dos recursos provenientes da natureza e contra toda e qualquer forma de intervenção que agrida o meio ambiente, especialmente aquelas que perpetuam as desigualdades nos espaços urbanos e rurais e que atentam contra a saúde e a dignidade humana em seus aspectos sociais e culturais.